

Constituinte

Aços laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 1144451 60 anos Mangels

DÍVIDA

Agora, governo vai negociar o perdão

por Ascânio Seleme de Brasília
O governo aceitou negociar a retirada da correção monetária sobre os empréstimos contraiados por micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado.

Afif propõe emenda alternativa

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília
Uma proposta alternativa às três emendas das disposições transitórias que prevêem o abatimento da dívida do micro, pequenos e médios empresários e dos pequenos agricultores circulava ontem nos principais gabinetes da área econômica do governo.

rias, porque não havia encaminhado, até o prazo final da apresentação de emendas, nenhuma proposta que contemplasse o tema da anistia da dívida. Ela tem sido recebida de modo informal pelo Executivo como uma alternativa aceitável — este jornal apurou, por exemplo, que o Banco do Brasil é favorável ao texto da emenda Afif — mas, se será ou não apresentada na Constituinte, vai depender de entendimento com os três autores originais.

com os estabelecimentos bancários e entidades financeiras, receber, a partir da promulgação desta Constituição, o benefício da redução ou eliminação da correção monetária, segundo os critérios a serem estabelecidos pelo Banco Central, observados as seguintes condições:
1) a classificação de micro e pequenos produtores rurais far-se-á observando os critérios do Banco Central e do Manual de Crédito Rural;
2) é vedada aos atuais constituintes a concessão de benefícios deste artigo;
3) os benefícios previstos neste artigo abrangem apenas aqueles que demonstrarem a impossibilidade do pagamento das dívidas contraiadas por fatores supervenientes;

4) os benefícios deste artigo não se aplicam a tomadores que não tenham cumprido os objetivos a que se destinaram os empréstimos.
Uma proposta de Afif traz um impacto bem menor para o sistema do que os US\$ 10 bilhões previstos com as emendas dos três constituintes, autores das propostas originais. As dívidas contraiadas por micro e pequenos empresários, no período entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987, já foram repactuadas pela Resolução nº 1.335, de julho do ano passado. Hoje, calcula-se em 30% o nível de inadimplência dentro da 1.335. Também a dívida dos produtores rurais, naquele período, foi contemplada com esquemas de benefícios introduzidos pelo Executivo.

Parlamentares contestam números apontados pelo Ministério da Fazenda

por Jurema Baesse de Brasília
Não há consenso entre os números apresentados pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e os que foram levantados pelos autores das emendas que anistiam os débitos contraiados por pequenos produtores rurais e micro e pequenos empresários durante a vigência do Plano Cruzado. O ministro da Fazenda, durante o encontro que reuniu 22 parlamentares ontem pela manhã, lançou o número de US\$ 10 bilhões como o montante que o governo teria como prejuízo caso fossem aprovadas as emendas do senador Mansueto de Lavor e do deputado Humberto Souto.

lhões pelo câmbio oficial de CZ\$ 169,09. Segundo explicação de Camargo, "o valor de CZ\$ 1,6 trilhão não considera aqueles que já pagaram os débitos, ou seja, é o número relativo aos inadimplentes". Do total de CZ\$ 1,6 trilhão, indicou, 78% se refere a débitos junto aos bancos oficiais estaduais e federais, o que equivale a CZ\$ 1,248 trilhão. Os outros 22% são relativos aos bancos privados, e representam CZ\$ 352 bilhões. Ocorre, destacou, que esse é o total aplicado pelos bancos privados, o que não significa que este dinheiro pertença a esses bancos eles apenas são aplicadores dos recursos repassados pelo governo.

O líder do "Centrão" na Constituinte, deputado Ricardo Fidza (PFL-PE), surpreendeu Mailson quando afirmou que "daria para contar nos dedos das duas mãos o número de constituintes que votam contra a fusão". Já o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, disse ao ministro que o seu partido estava ali "para pressionar em favor da negociação". Um dos argumentos mais sólidos oferecidos ao ministro da Fazenda, partiu do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), líder do PFL no Senado. Conforme apurou a editora Jurema Baesse, Gadelha mostrou a Mailson que, com ou sem negociação, o governo acabaria arcando com o ônus da fusão uma vez que a sua aprovação está praticamente garantida na Assembleia Constituinte. O governo não pode ar-

car com duplo prejuízo; o político e o econômico. "O governo já vai bancar a conta, não negociando acaba contraindo impopularidade, que é o ônus político", argumentou o senador. Gadelha insistiu com o ministro em abrir logo as negociações sob pena de ver as emendas aprovadas como estão. "Se não houver consenso o resultado será visto daqui a duas semanas com a aprovação das emendas ou da fusão", sublinhou o líder. O ministro da Fazenda relutava em aceitar a negociação porque os números apresentados por sua assessoria mostravam prejuízos para o sistema financeiro de até US\$ 10 bilhões. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de uma das emendas, disse a

Mailson que a fusão limitava a abrangência da matéria, trazendo o prejuízo para CZ\$ 180 bilhões, ou pouco mais de US\$ 1 bilhão no câmbio oficial. PROPOSTA DO GOVERNO A primeira abertura de Mailson da Nóbrega foi propor a criação de uma comissão para estudar o problema em caráter de urgência. A comissão será composta por três parlamentares e técnicos do Mi-

nistério da Fazenda. Antes mesmo desta proposta de cair, o deputado José Lourenço já partia para uma negociação mais concreta dentro do Congresso Nacional. Na qualidade de líder do PFL na Constituinte, Lourenço indicou o deputado José Lins (PFL-CE) para levar uma proposta formal aos autores das emendas. Segundo Lourenço, o governo admitia uma fusão que limitasse a sua abran-

gência em CZ\$ 100 bilhões, CZ\$ 83 bilhões a menos do que estimam os autores das emendas. "Já que o número do senador Mansueto é de CZ\$ 183 bilhões, fica mais fácil um acordo", disse José Lourenço. Ontem mesmo o deputado José Lins procurou dois autores das emendas para apresentar a proposta do governo. Do deputado Humberto Souto (PFL-MG), recebeu um sonoro "não". Souto respondeu ao

Criado um comitê dos pequenos devedores

por Ascânio Seleme de Brasília
Foi criado ontem o "Comitê Permanente dos Pequenos Devedores" no Congresso Nacional. Por iniciativa do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de uma das emendas que beneficia os devedores do Plano Cruzado, o comitê foi instalado na sala da Comissão de Agricultura do Senado. Ontem mesmo a sala foi ocupada por representantes dos produtores de arroz do Sul e pelo vice-presidente da Confederação Nacional dos Micro e Pequenos Empresários (Conampe), Waldemar Peixoto de Carvalho. Os representantes dos agricultores gaúchos trouxeram um mapa mostrando o quadro de insolvência dos produtores de arroz diante do elevado endividamento do setor. De acordo com Luiz Carlos Heinze, de São Borja, os benefícios da fusão das emendas podem reduzir em até CZ\$ 20 bilhões os prejuízos do setor somente no Rio Grande do Sul. "O estado contribui com 40% da produção nacional de arroz. A aprovação da emenda beneficia cerca de um terço dos produtores gaúchos", explicou

Heinze que não será beneficiado, já que produz em 100 hectares e, portanto, é considerado grande produtor rural. O vice-presidente do Conampe apresentou um quadro dos endividamentos de micro e pequenos empresários em sua cidade, Vilhena-RO. Segundo Waldemar Carvalho, proprietário de uma empresa de refrigeração, o quadro já foi enviado ao Banco Central e ao presidente José Sarney. O pequeno empresário de Rondônia destaca exemplos do quadro de Rondônia. 1) A Metalúrgica Dalazem Ltda., tomou emprestado CZ\$ 1,2 milhão durante o Plano Cruzado. Até hoje já pagou CZ\$ 3 milhões e ainda deve CZ\$ 8,17 milhões. A prestação mensal da metalúrgica é de CZ\$ 1,5 milhão. 2) A empresa Demétrio e Cia. Ltda., casa de material de construção, tomou emprestado CZ\$ 800 mil, no início do Plano Cruzado. Até o momento já liquidou CZ\$ 2,5 milhões. Continua devendo ao banco CZ\$ 6,6 milhões. A prestação mensal da empresa chega a CZ\$ 1,12 milhão. Waldemar Carvalho disse que não sai de Brasília antes da votação da fusão.

Débitos de empresários também serão alvo de novos estudos

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília
A perspectiva de que a nova Constituição do País contemple em seu texto o perdão da dívida de micro, pequenos e médios empresários e de pequenos produtores rurais junto às instituições financeiras mobilizou ontem a área econômica do governo, que decidiu investir, com toda a carga, no processo de negociação com os constituintes. Em reunião que durou duas horas e meia, em seu gabinete, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ouviu dos deputados Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) a defesa que fizeram de suas emendas — todas elas, com algumas variações, prevendo o cancelamento de parte da dívida de pequenos empresários e agricultores — e tentou contra-argumentar, mostrando que o governo não teria condições de cobrir o impacto que as propostas causariam só sobre os créditos oficiais — equivalente a 90% dos US\$ 10 bilhões estimados no global — com colocação de títulos públicos junto ao mercado e só restaria apenas a saída da emissão de moeda. "Isso representaria dobrar os meios de pagamento — pelo conceito do M1, que engloba depósitos a vista e papel-moeda em poder do público —, trazendo a hiperinflação e um processo de desajuste social", conforme salientou o ministro diante dos 22 constituintes que estiveram em seu gabinete. O M1, na posição de final de abril, somava o equivalente a US\$ 9,5 bilhões. A mobilização do governo começou logo cedo, pela manhã, quando o presidente do Banco Central (BC),

Elmo de Araújo Camões, e o diretor da área bancária do BC, Wadico Valdir Buchi, receberam uma comissão de seis constituintes do "Centrão", encabeçada pelo líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA). Os representantes do Congresso receberam informações que chegam a preocupar. As emendas, conforme estão redigidas hoje, iriam consumir 51% do patrimônio líquido dos bancos estaduais oficiais; 20% do patrimônio líquido das instituições privadas; 5% do PL dos bancos estrangeiros; e nada menos do que 160% do PL dos bancos oficiais federais (isto porque tem aqui o peso do Banco do Brasil, cujo patrimônio líquido corresponde a menos de um terço do total de empréstimos). Buchi alertou também aos constituintes que o impacto das emendas sobre o sistema, calculado pelo dólar oficial em CZ\$ 1,6 trilhão, representa hoje 29% do total da carteira de empréstimos de todo o sistema bancário, cujas operações envolvem CZ\$ 5,7 trilhões. BANCOS ESTADUAIS Os bancos estaduais também se estão movimentando, seja diretamente em contato com os constituintes seja através da influência dos governadores dos estados. As emendas foram tema do encontro da Associação de Bancos de Crédito Estaduais (Asbace), realizada ontem em Brasília, reunindo representantes de todo o País, e que contou com um almoço no qual foi homenageado o diretor da área bancária do BC. Logo depois, Buchi voltou ao BC para participar de outra reunião, desta vez com o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de



Roberto Bornhausen

Pádua Rocha Diniz, e demais banqueiros e representantes do sistema que compõem a federação. Também aqui a proposta de anistia às dívidas, apresentada na Constituinte, foi discutida. O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, também do Unibanco, disse que a proposta dos constituintes vai acabar redundando "ou em inflação ou em mais imposto, com o Tesouro Nacional bancando a conta". Ele defende o princípio de que as emendas, conforme estão redigidas, representam um "confisco da propriedade", apresentada pelos créditos concedidos aos tomadores pelo sistema bancário. Informações colhidas pelo Banco Central junto às instituições financeiras já detectam dois comportamentos distintos da parte de tomadores de crédito, por conta da perspectiva de abatimento da dívida contida nas emendas dos três constituintes: a demanda por empréstimos teria crescido, nos últimos dias, movida por pequenos empresários e agricultores que, desavisados, imaginam que estarão premia-

dos com o desaparecimento da correção monetária, e, por outro lado tomadores com crédito vencendo, principalmente agricultores, estão oferecendo bens próprios como penhora junto aos bancos e depositando o dinheiro na caderneta de poupança, enquanto aguardam a decisão da Constituinte. As atenções do dia, no entanto, estiveram voltadas para a reunião do ministro da Fazenda com os constituintes. Mailson da Nóbrega colocou que a sociedade e quem deveria decidir se estava disposta a pagar o preço da anistia que, a nível de micro e pequenos empresários, estaria restrita a um universo composto por 10 milhões de pessoas. O autor de uma das emendas, deputado Humberto Souto, retrucou dizendo: "A sociedade somos nós, ministro". Diante da observação, o ministro respondeu de pronto "o senhor é apenas uma parta da sociedade". PREÇOS DE MERCADO O deputado Thomas Nóbrega (PFL-AL) reconheceu, na reunião, que a resposta da anistia das dívidas traria dificuldades, mas afirmou diante de todos que não teria como votar contra e que a emenda (uma fusão das três) seria aprovada. Já a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) criticou o programa de lei do governo e propôs que os recursos a ele alocados fossem destinados a atender pequenos e microempresários. O deputado Aloysio Paulinelli (PFL-MG) apresentou sua proposta na reunião: que a dívida dos pequenos agricultores recebesse benefícios desde que os produtos por eles cultivados estivessem, comprovadamente, com seus preços de mercado defasados.

Para garantir o sucesso desse trabalho, começaremos hoje um amplo trabalho de mobilização de nossas trezentas regionais", acrescentou. Roosevelt dos Santos, segundo a Agência Globo, disse que a correção monetária em qualquer operação de crédito agrícola é ilegal porque, até o momento, não foi revogada a Lei nº 4.829/65, que impede a aplicação de atualização monetária em financiamentos agrícolas. Segundo o presidente da UDR, os produtores rurais e empresários urbanos "não estão mendigando favores, mas exigindo respeito a quem gera riqueza sem especulação". DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Para garantir o sucesso desse trabalho, começaremos hoje um amplo trabalho de mobilização de nossas trezentas regionais", acrescentou. Roosevelt dos Santos, segundo a Agência Globo, disse que a correção monetária em qualquer operação de crédito agrícola é ilegal porque, até o momento, não foi revogada a Lei nº 4.829/65, que impede a aplicação de atualização monetária em financiamentos agrícolas. Segundo o presidente da UDR, os produtores rurais e empresários urbanos "não estão mendigando favores, mas exigindo respeito a quem gera riqueza sem especulação". DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O texto em discussão

Eis a íntegra do artigo das Disposições Transitórias que anistia as dívidas de pequenos agricultores e micros e pequenos empresários: Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais

Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição o dispositivo que segue: Art. — Para efeito de liquidação, não incidirá correção monetária sobre os seguintes débitos, nos períodos indicados: I — Os decorrentes de empréstimos efetuados a pequenos agricultores, a microempresas e a pequenas empresas, até 31 de dezembro de 1987; II — Os decorrentes de empréstimos concedidos a médios agricultores e a médias empresas, no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987; III — Os decorrentes de quaisquer outros empréstimos, no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

“É preciso adaptar-se à nova lei”

por Sérgio Danilo do Rio
“Não considero a nova lei aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte como ameaçadora aos capitais externos na mineração. Não houve nacionalização das empresas e elas não foram aliadas do processo de exploração e produção. Acredito na volta da pesquisa mineral por parte do capital estrangeiro e temos de nos adaptar à nova realidade.” A afirmação é do diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), José Belfort, e foi feita durante um debate com empresários, estudantes e dirigentes de estatais, realizado no Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Belfort destacou que “é preciso investir mais em pesquisa mineral no País, porque o Brasil importa 43% dos produtos minerais que consome”. O DNPM registrou um crescimento físico de 3,5% em 1987 (da-

dos da divisão de economia mineral do DNPM) comparativamente a 1986. Em valor, segundo revelou Belfort, a produção mineral brasileira atingiu CZ\$ 360 bilhões, o que equivale a 2,84% do Produto Interno Bruto. O desempenho da produção mineral foi medido pelo comportamento de dezesseis substâncias, que representam 80% da produção mineral brasileira, destacando-se minério de ferro, manganês, ouro, carvão mineral, concentrado fosfático, nióbio, cassiterita, chumbo e bauxita. O destaque principal na produção foi o ouro, que teve um crescimento de 48,4% no ano passado, em relação ao total produzido em 1986. “Sem investimentos no setor mineral, em especial para o mapeamento básico, é impossível descobrir novas jazidas”, disse Belfort. “O Brasil ainda depende da importação de minerais. Gastou US\$ 6 bilhões no ano passado e minerais, como o cobalto, são

necessários, o mesmo ocorrendo com o diamante industrial. Importa-se 1 milhão de quilates por ano de diamantes usados na indústria, enquanto estamos com reservas minerais ainda sem lavra”, afirmou. Francisco Fernandes, economista do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) e autor do polêmico livro sobre o subsolo no Brasil, disse que a nova lei da nacionalização dos minérios mudou as regras da indústria mineral e o modelo existente. “Há 25 anos não ocorriam mudanças e agora o modelo é aberto, com a participação da sociedade”, disse Fernandes. “Até antes da votação da nova lei, o subsolo não era de ninguém no Brasil. Agora existe um caminho para o ordenamento e o Estado assume os bens minerais da Nação”, acrescentou Fernandes. Ele rebateu as críticas das empresas estrangeiras à nova lei, indagando ao auditorio: “Quem gera mais empregos no setor? As multinacionais que em-

pregam até duzentos geólogos e engenheiros de minas ou as pequenas empresas e os conglomerados estatais, desde as empresas estaduais e as grandes empresas, como Carajás Metais, Vale do Rio Doce, Nuclebrás, Petróbrás? A mineração o preço a ser desnaturalizar-se”, disse Fernandes. “A partir da nova lei, os estados e os municípios vão explorar suas riquezas minerais com planejamento”, acrescentou. Ele destacou também que o “garimpo vai entrar numa nova fase, viabilizando o aparecimento da pequena empresa mineral na região Norte, a maior produtora de ouro do País”. Disse ainda “que o mercado interno vai gerar produção e consumo dos bens minerais e que poupanças internas, hoje concentradas em outras atividades econômicas, vão-se voltar à formação de microempresas regionais, ampliando o leque de investidores nacionais nesse setor”.

“Lobby” contra correção

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Roosevelt Roque dos Santos, disse ontem que, na próxima semana, pelo menos 5 mil pessoas, entre produtores rurais e pequenos empresários, estarão em Brasília para pressionar os constituintes e fazer aprovar as emendas que extinguem a correção monetária nos financiamentos de agricultura a pequenos e médios empresários. “Queremos assegurar um ‘lobby’ muito mais expressivo do que aquele realizado por ocasião da votação da Reforma Agrária porque, agora, a livre iniciativa urbana estará ligada ao nosso movimento.

Para garantir o sucesso desse trabalho, começaremos hoje um amplo trabalho de mobilização de nossas trezentas regionais”, acrescentou. Roosevelt dos Santos, segundo a Agência Globo, disse que a correção monetária em qualquer operação de crédito agrícola é ilegal porque, até o momento, não foi revogada a Lei nº 4.829/65, que impede a aplicação de atualização monetária em financiamentos agrícolas. Segundo o presidente da UDR, os produtores rurais e empresários urbanos “não estão mendigando favores, mas exigindo respeito a quem gera riqueza sem especulação”. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

BBF
Vende-se ou aluga-se
título BIO-BAF e
BM — (021) 220-4920

DESCONTO DE DUPLICATAS
Descontamos duplicatas de 1ª linha. Juros Bancários. Informações pelo Tel.: (011) 949-4203.

MINERAÇÃO
“É preciso adaptar-se à nova lei”
por Sérgio Danilo do Rio

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

ABREME
Um Sonho...- Uma Realidade
A REIPLAS parabeniza os Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos do Brasil pela fundação da sua Entidade ABREME Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos, ocorrida em Assembleia realizada no dia 7/06/88 nesta Capital, atendendo dessa forma a uma real necessidade do setor.

Reiplas
Condutores Elétricos

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

ABREME
Um Sonho...- Uma Realidade
A REIPLAS parabeniza os Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos do Brasil pela fundação da sua Entidade ABREME Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos, ocorrida em Assembleia realizada no dia 7/06/88 nesta Capital, atendendo dessa forma a uma real necessidade do setor.

ABREME
Um Sonho...- Uma Realidade
A REIPLAS parabeniza os Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos do Brasil pela fundação da sua Entidade ABREME Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos, ocorrida em Assembleia realizada no dia 7/06/88 nesta Capital, atendendo dessa forma a uma real necessidade do setor. Reiplas Condutores Elétricos

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).

Investidores
Indústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. com. (Não aceitamos intermediários).